

A luta dos Trabalhadores e Trabalhadoras rurais por Educação

Alessandra da Costa Lunas*
Eliene Novaes Rocha**

A efervescente demanda da sociedade brasileira na busca pela melhoria da Educação no Brasil é parte de uma atuação também histórica de mobilização das organizações da sociedade civil, representada pelos movimentos sociais e sindicais que atuaram ao longo desta trajetória como articuladores e em muitos momentos como executores das políticas sociais, e dentre elas a bandeira da garantia do direito a educação.

A partir da década de 1960 os movimentos sociais e sindical começaram a romper com a lógica da educação como direito apenas da elite. O campo tornou-se importante referência de diferentes iniciativas de educação popular (educação política, formação de lideranças, alfabetização, formação sindical e comunitária), estimulando e recriando o sentimento de pertencimento desses povos aos seus territórios e comunidades, articulando-os na luta pelo acesso e posse da terra, garantindo políticas diferenciadas para a agricultura familiar, gerando emprego e renda, saúde integral pública e gratuita, educação do campo, moradia, transporte, lazer etc..

Até a década de 90, o MSTTR fez um investimento na educação popular, não-formal, voltado para a formação de seus quadros políticos e lideranças de base. Esses processos formativos resultaram na construção de um amadurecimento político-pedagógico que tem favorecido a definição de uma concepção, de princípios norteadores, de conteúdos, de metodologias, de gestão participativa e de avaliação contínua junto aos trabalhadores e trabalhadoras rurais, dirigentes, lideranças, técnicos(as). A partir daí conseguimos re-afirmar a educação do campo enquanto direito subjetivo.

O Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável apontou uma demanda concreta de atuação do MSTTR visando à implementação de políticas públicas educacionais (educação formal - escolarização), para fomentar e estimular as ações voltadas ao Desenvolvimento Rural Sustentável, fortalecendo a compreensão de que a escola é um instrumento fundamental para a construção do desenvolvimento. Ela não faz essa mudança sozinha, mas contribuiu pra que ele aconteça. Um aprendizado concreto ocorrido de lá pra cá, é de que projetos e programas não são suficientes para garantir a transformação do campo brasileiro, com o desenvolvimento desejado que se busca construir com o PADRS. Para isso é necessário haver uma intervenção qualificada e articulada do MSTTR nas políticas públicas. A política de educação, estrategicamente, precisa estar articulada com outras políticas na construção e implementação do Projeto Alternativo.

Neste sentido, o MSTTR tem assumido como bandeira de luta defender uma política pública nacional de Educação do campo em todos os níveis e modalidades, tendo como parâmetro as Diretrizes Operacionais para Educação Básica das Escolas do campo;

A atuação da CONTAG, em todos os momentos, tem sido uma construção conjunta com outros parceiros, de Ongs, Fundações, mas especialmente, atuando na representação do MSTTR nos espaços políticos de definição, elaboração e implementação de políticas públicas. Espaços que tem potencializado o debate da necessidade da construção de políticas educacionais, que vão além de projetos ou programas. É evidente a

* Graduada em Licenciatura em Física pela Universidade Federal de Rondônia e Secretária de Políticas Sociais da CONTAG

** Mestrando em Educação pela Universidade do Estado da Bahia e Assessora da Secretaria de Políticas Sociais da CONTAG

necessidade de mudanças estruturais na organização da educação brasileira, que pouco ou quase nada tem considerado os povos do campo, sua diversidade e especificidades.

O ano de 2001 marca um momento estratégico para discussão da Educação do campo e a CONTAG realizou um intenso processo de mobilização para elaboração das Diretrizes Operacionais para as escolas do campo (Resolução nº 01 de 2002 do CNE/CEB), juntamente com as Federações e entidades parceiras organizaram seminários e oficinas, para formulação de propostas e participação nas Audiências Públicas do CNE, contribuindo assim no processo de discussão e construção dos elementos contidos nas Diretrizes. Com a aprovação, desencadearam-se momentos estratégicos de sensibilização e um novo olhar do poder público com relação educação do campo, reconhecendo o papel estratégico da educação no desenvolvimento rural sustentável dos estados e municípios, reafirmando assim a prioridade da Educação do Campo no Projeto de Desenvolvimento Sustentável para o país. Após a aprovação das Diretrizes a CONTAG realizou uma oficina nacional de discussão sobre educação, na qual os parceiros propuseram a elaboração de um material formativo e de divulgação das diretrizes aprovadas, surgindo daí a produção de dois cadernos: Educação do Campo: Semeando Sonhos, Colhendo Direitos e sobre as Diretrizes Operacionais de Educação do campo.

A experiência apontada com a elaboração das Diretrizes e seqüencialmente com a busca de sua implementação tem se esbarrado ainda na pouca compreensão de um projeto de escola, de desenvolvimento sustentável, de homem/mulher e de sociedade. Neste sentido, além de garantir um processo de mobilização política, faz-se necessário um processo de sensibilização, e formação para uma atuação diferenciada para gestores, técnicos e professores/as que atuam no e com os povos do campo.

No que se refere às políticas de educação do campo, a atuação do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais tem sido evidenciada na proposição e vivência dos programas nacionais, nos quais participam de forma efetiva nos estados, seja para capacitação ou escolarização dos sujeitos do campo a exemplo do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), ou de atuação política propositiva como nos Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e no Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF). Outra atuação presente nesse processo tem se dado através da articulação com os parceiros na implementação de experiências educativas desenvolvidas em vários estados e um Projeto piloto de formação de educadores/as para implementação das Diretrizes em sala de aula. O MSTTR têm realizado processos de formação, que apontam para o desenvolvimento de ações de educação, voltados para os povos do campo. As atividades de educação são desenvolvidas tanto em nível municipal, estadual e nacional. Esta organização tem possibilitado o debate e busca de implementação de Políticas Públicas Educacionais junto aos sujeitos do campo, bem como junto aos gestores públicos, tornando-as mais efetivas e com apresentação de resultados satisfatórios no que se refere a garantia dos direitos dos povos do campo.

No entanto esse processo é um caminho longo e está sendo construído na luta cotidiana dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. E parceiros na construção de uma educação para o desenvolvimento sustentável, que possa pensar o campo em seus vários aspectos, a curto, médio e longo prazo, tanto no fortalecimento da identidade do povo, como de outras que contribuam para que os e as jovens do meu rural possam permanecer com seus familiares, fortalecendo o processo de assistência técnica melhoria da qualidade de vida, respeitando a diversidade do campo.